



OS ANOS DE CHUMBO: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E VIOLÊNCIA EM *AS MENINAS*, DE LYGIA FAGUNDES TELLES

THE LEADEN YEARS: MEMORY, RESISTANCE AND VIOLENCE IN LYGIA FAGUNDES TELLES' AS MENINAS

Deborah Luchesi Biazus Veronese Fritsch (UFRGS)¹

Resumo: O termo “anos de chumbo” refere-se ao período de maior violência e repressão política da ditadura militar no Brasil. Foram anos de grande atuação dos sistemas de controle e manipulação das informações que circulavam na sociedade, assim como das perseguições e torturas de pessoas contrárias ao governo ditatorial. Nesse contexto, muitos artistas produziam suas obras tendo como um dos propósitos contestar, denunciar, testemunhar e resistir. O romance *As meninas* (1973), da autoria da escritora Lygia Fagundes Telles, pode ser tratado como um sofisticado retrato das tensões sociais e políticas da ditadura e como um registro da memória e da resistência à violenta conjuntura dos anos de chumbo. Com base nos escritos de Paul Ricoeur, Márcio Seligmann-Silva e Alfredo Bosi, este trabalho procura refletir como Lygia Fagundes Telles transpôs para o mundo ficcional a realidade repressiva dos anos de chumbo. Evidenciou-se que, ao mesmo tempo, em que a autora constrói um romance com uma forma estética extremamente complexa ao trabalhar com diferentes técnicas literárias, ela dá espaço para uma escrita carregada de denúncias escancaradas do tempo e da sociedade que presenciou. Dessa forma, destaca-se a importância do registro e resgate das memórias, resistências e testemunhos da ditadura para que as injustiças desse período não sejam esquecidas.

Palavras-chave: Literatura e ditadura. Anos de chumbo. Memória. Lygia Fagundes Telles.

Abstract: The term “leaden years” refers to the most violent and repressive period of the military dictatorship in Brazil. These were years when the control and manipulation systems of information circulated heavily in society, as well as the persecution and torture of people opposed to the dictatorial government. In this context, many artists produced their works with the purpose of contesting, denouncing, testifying and resisting. The novel *As meninas* (1973), written by the writer Lygia Fagundes Telles, can be treated as a sophisticated portrait of the social and political tensions of the dictatorship and as a record of memory and resistance to the violent situation of the leaden years. Based on the writings of Paul Ricoeur, Márcio Seligmann-Silva and Alfredo Bosi, this work aims to reflect on the way in which Lygia Fagundes Telles transposed the repressive reality of the years of lead into the fictional world. It was observed that, at the same time that the author constructs a novel with an extremely complex aesthetic form by working with different literary techniques, she gives space to open denunciations of the time and society she witnessed. In this way, the importance of recording and recovering the memories, resistance and testimonies of the dictatorship stands out so that the injustices of this period are not forgotten.

Keywords: Literature and dictatorship. Leaden years. Memory. Lygia Fagundes Telles.

¹ Graduanda em Letras Licenciatura com ênfase em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq). E-mail: deborah.fritsch5@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6156681859306101>.



INTRODUÇÃO

O termo anos de chumbo refere-se ao período de maior violência e repressão política da ditadura militar no Brasil. Foram anos de grande atuação dos sistemas de controle e manipulação das informações que circulavam na sociedade, assim como das perseguições e torturas de pessoas contrárias ao governo ditatorial. Nesse contexto, muitos artistas produziam suas obras tendo como um dos propósitos contestar, denunciar, testemunhar e resistir. Na esfera da prosa literária, o romance *As meninas* (1973), da autoria da escritora paulista Lygia Fagundes Telles pode ser abordado como um sofisticado retrato das tensões sociais e políticas da ditadura, assim como um registro da memória e da resistência à violenta conjuntura dos anos de chumbo. Elaborado a partir de diferentes focos narrativos, o enredo de *As meninas* é centrado na vida de três jovens universitárias que vivem em um pensionato de freiras na cidade de São Paulo.

Por meio das experiências e das relações dessas três personagens com o mundo, Lygia pinta, a partir da sua perspectiva, um retrato da sociedade e da história do período da ditadura militar no Brasil. A autora lida com temas vistos como subversivos pelo governo ditatorial e um ataque à ordem e à moral que os militares tentavam conservar, com destaque para as questões de gênero e sexualidade feminina. Este trabalho pretende refletir acerca do modo como Lygia Fagundes Telles transpôs para o mundo ficcional a realidade violenta e repressiva dos anos de chumbo. O objetivo é identificar no romance formas de resistência e memória, além da representação dos mecanismos de repressão política empreendida pelo governo, como as perseguições, prisões e torturas.

OS ANOS DE CHUMBO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

“Anos de chumbo” era um termo inicialmente utilizado para denominar a fase de maior tensão e violência na Europa Ocidental entre os anos de 1968 e 1970, causada pela Guerra Fria. No Brasil, a expressão foi adotada para se referir ao momento mais traumático dos 21 anos de ditadura. A instauração do Ato Institucional nº 5 no durante o governo de Arthur Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, é vista como o marco do início dos Anos de Chumbo da ditadura militar brasileira. Considerado o mais severo dos dezessete atos institucionais instaurados a partir do golpe



em 1964, o AI-5 veio como uma forma de reprimir movimentos como a Passeata dos Cem Mil, ocorrida em protesto pelo assassinato do estudante Edson Luís de Lima Couto por um policial militar.

Entre as consequências do AI-5, destaca-se a instauração de sistemas de censura prévia da música, cinema, literatura, televisão e teatro. Schwarz (1978) constata que, enquanto a direita pensava “preservar” a cultura do país com a censura e a perseguição de artistas, o que se evidenciava era na realidade um extermínio da cultura brasileira da década de 1960:

O regime respondeu, em dezembro de 68, com o endurecimento. [...] Quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constitui massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores, - noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento (Schwarz, 1978, p. 63).

Em 1969, Emílio Médici vence as eleições disputadas de forma indireta e, com apoio das determinações antidemocráticas do AI-5, dá início à fase de maior combate e às manifestações populares e à luta armada organizada pela esquerda contrária à ditadura. Para além da censura prévia e do combate à resistência, o novo ato institucional estabelecia o fechamento do Congresso Nacional e a suspensão do *habeas corpus*, o que viabilizou a institucionalização da tortura como instrumento do governo militar. É relevante destacar aqui que o uso de forças violentas para repressão é um instrumento recorrente na história brasileira e que não se restringe apenas às décadas de 1960 e 1970, estando presente desde o período colonial do Brasil:

O uso da força repressiva para combater os focos de oposição não foi uma inovação dos governos militares nem constitui um mecanismo recente da sociedade brasileira. A ditadura Vargas, por exemplo, usou e abusou da repressão, da tortura, das prisões e do exílio. [...] Aliás, a própria colonização brasileira que se fez na base da escravidão tinha como contraponto o “tronco” para os castigos corporais” (D’araujo; Soares; Castro, 1994, p. 10).

Diante disso, observa-se que os primeiros anos que se seguiram à promulgação do AI-5 durante o governo de Médici foram responsáveis por gerar as memórias mais delicadas e traumáticas da história nacional recente, as quais estão diretamente relacionadas à atuação dos órgãos de informação e da tortura política (D’araujo; Soares; Castro, 1994).



Entretanto, é importante lembrar da atuação desses órgãos e sistemas criados pelo Estado nos processos de prisão de opositores políticos. Segundo Hannah Arendt, “Jamais existiu um governo baseado exclusivamente nos meios de violência. Mesmo o mandante totalitário, cujo maior instrumento de domínio é a tortura, precisa de uma base de poder – a polícia secreta e sua rede de informantes” (Arendt 1978, p. 40). No caso da ditadura brasileira, o Departamento de Ordem Social e Política (DOPS), que foi criado durante o Estado Novo em 1924, foi amplamente utilizado pelo governo militar na denúncia, perseguição, prisão, tortura, desaparecimento e assassinato de pessoas consideradas “inimigos políticos”.

Entre os estudos sobre o sistema de repressão política da ditadura, destaca-se *Brasil: Nunca mais* (1985), que é fruto da mais ampla pesquisa realizada pela sociedade civil sobre a tortura no Brasil entre 1964 e 1979. A obra, que recebeu apoio do Conselho Mundial das Igrejas para ser realizada, sintetiza um extenso trabalho de arquivamento de documentos e depoimentos e é fundamental para se compreender a história da tortura física na ditadura. Em linhas gerais, *Brasil: Nunca mais* reúne detalhes de como ocorriam os sequestros e prisões de opositores políticos, os diferentes mecanismos que eram empregados nas sessões de tortura, como eram as aulas de tortura em que presos eram usados como cobaias.

O livro revela, com base em dados concretos, a gravidade das violações dos direitos humanos promovidas pelo regime totalitário no Brasil. Segundo os dados levantados, durante o período analisado, quase 2 mil pessoas foram torturadas e as vítimas eram em sua maioria sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e artistas que resistiram ao autoritarismo. Essa violência, apesar de ter diminuído com o início da chamada “abertura política” do governo de Ernesto Geisel em 1975, não desapareceu. Como afirma Rezende (2013), “persistiam a tortura e a repressão, porém, Geisel empenhava-se em desmentir-las frequentemente através de seus pronunciamentos sobre o empenho do governo na eliminação das tensões para sedimentar sua proposta de distensão política e de democracia” (Rezende, 2013, p. 175).



O TEXTO LITERÁRIO, A RESISTÊNCIA E A MEMÓRIA

Figueiredo (2017) afirma que refletir sobre a literatura produzida sobre a ditadura no Brasil implica refletir também sobre os conceitos de testemunho, o trauma, o exílio, a memória, o arquivo. Segundo a autora, a escrita objetiva da historiografia tende a homogeneizar essas categorias para que seja fixada uma versão da História sem lacunas e falhas, enquanto a Literatura, se valendo da subjetividade, mostra resíduos de experiências fraturadas pela violência do vivido (Figueiredo, 2017). Assim, não é possível afirmar que os autores do presente escrevem sobre a ditadura da mesma maneira que os autores que viveram os anos 1960, 1970 e 1980, porque a experiência se transforma com o passar do tempo (Figueiredo, 2017).

Alfredo Bosi, em sua obra *Literatura e resistência* (2002), aproxima o conceito de resistência à narrativa literária. Segundo o autor, a ideia de resistência, que possui origem ética, refere-se ao ato de opor a própria força a uma força exterior. Além disso, “a arte não é uma atividade que nasce da força de vontade” (Bosi, 2002, p. 113), mas que tem a ver com os domínios do conhecimento: intuição, percepção, imaginação e memória. O processo de articulação da resistência pela narrativa pode se dar de duas formas, que podem ou não ocorrer concomitantemente: a resistência é a temática da narrativa e/ou a resistência é um ato inerente à escrita (Bosi, 2002). Pensando a resistência como forma imanente da escrita, o autor define a “escrita resistente” da seguinte forma:

A escrita resistente (aquela operação que escolherá afinal temas, situações, personagens) decorre de um a priori ético, um sentimento do bem e do mal, uma intuição do verdadeiro e do falso, que já se pôs em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes. (Bosi, 2002, p.130).

Márcio Seligmann-Silva reflete em seu estudo *Literatura de testemunho* (1998) sobre os diálogos entre a história, a ficção e a concepção de testemunho. Segundo o autor, o texto literário de caráter testemunhal surge quando o ou a ficcionista registra em forma literária suas experiências com o testemunho de um acontecimento histórico impactante, ou uma cena de violência traumática. Além disso, destaca-se que o estudo das narrativas de testemunho traz a estética e ética como campos indissociáveis de pensamento, em que não há lugar para a concepção da autonomia da arte (Ginzburg, 2011). Pode-se citar a obra *É isto um homem?* (1947), de Primo Levi, como um dos



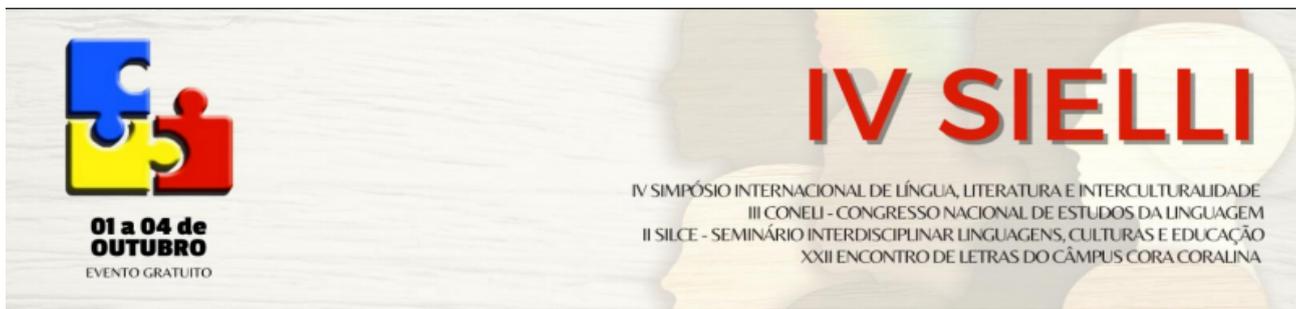
principais exemplos de literatura de testemunho, em que o autor relata a sua experiência como prisioneiro no campo de concentração de Auschwitz no final da Segunda Guerra Mundial. Nesses termos, Seligmann-Silva afirma que é preciso dar atenção à questão da representação:

Não podemos pensar em literatura de testemunho sem ter em mente essa concepção anti-essencialista do texto. Nesse gênero, a obra é vista tradicionalmente como a representação de uma “cena”. Mas qual é a modalidade dessa representação? Certamente não podemos mais aceitar o seu modelo positivista. O testemunho escrito ou falado, sobretudo quando se trata do testemunho de uma cena violenta, de um acidente ou de uma guerra, nunca deve ser compreendido como uma descrição “realista” do ocorrido (Seligmann-Silva, 1998, p. 10).

Dessa forma, apesar de a literalidade traumática ou testemunhal ser marcada por um excesso de elementos da realidade (Seligmann-Silva, 2000), não podemos tratar essa literalidade como uma representação factual do ocorrido narrado. Isso se dá porque o texto literário é uma produção que se relaciona com a memória, em que a subjetividade se faz presente com frequência. Dessa forma, ressalta-se que na literatura não podemos constatar uma reprodução fiel de um fato histórico ou social da realidade, mas uma interpretação dessa realidade que por sua vez foi produzida por um determinado grupo social (Facina, 2004).

Segundo Felman (1991), “[...] o testemunho se tornou uma modalidade crucial da nossa relação com os acontecimentos do nosso tempo – com o trauma da história contemporânea: a Segunda Guerra Mundial, o Holocausto, a bomba nuclear e outras atrocidades da guerra (Felman, 1991, p. 16). É possível transportar essa reflexão para a discussão sobre a ditadura militar no Brasil e como esse período pode ser elencado como um dos grandes traumas da história do país. Trata-se de um acontecimento que gerou memórias traumáticas que se encontram vivas até hoje.

Para o filósofo francês Paul Ricoeur, a memória não deve ser tratada apenas como uma lembrança de algum acontecimento, mas também precisa ser exercitada. Ao mesmo tempo em que a memória carrega o dever de não esquecer, existe uma incapacidade de tudo narrar, por conta do caráter traumatizante dos eventos do passado (Ricoeur, 2005). A prática do esquecimento é entendida como uma questão política diretamente relacionada à justiça e à verdade (Ricoeur, 2005). O esquecimento é algo que determina o que será lembrado. A criação de narrativas é apontada como um recurso possível para o exercício da memória: o uso crítico da memória é possível por



meio do ato de narrar. O que do passado pode ser mudado é a carga moral, é o seu peso de dívida, o qual pesa ao mesmo tempo sobre o presente (Ricoeur, 2005).

RESISTÊNCIA, MEMÓRIA E VIOLÊNCIA EM AS MENINAS

As meninas é uma obra que explora diferentes temáticas, sendo frequentemente classificada como romance psicológico por conta da técnica utilizada pela autora conhecida como polifonia. A partir de diferentes focos narrativos, Lygia desenha as relações de três personagens femininas com seus mundos exteriores e interiores. Observa-se, ao longo da obra, a articulação entre a narração de um narrador onisciente e o fluxo de consciência das personagens, sendo possível ter acesso aos seus pensamentos e sentimentos. Essa escolha narrativa da autora permite retratar com detalhes os conflitos internos e externos da juventude brasileira durante o contexto da ditadura militar brasileira.

Segundo um relato da própria autora Lygia Fagundes Telles, um dos motivos que a levou a iniciar a escrita de seu romance *As meninas* em 1971, no auge dos anos de chumbo, foi a necessidade de cumprir seu papel de autora-testemunha dessa época marcada pela violência e pela repressão do governo totalitário:

[...] como testemunha que eu sou, deste tempo e desta sociedade, resolvi testemunhar o meu tempo e a minha sociedade, que era aquele instante que eu estava vivendo, através de três jovens. [...] Nós estávamos vivendo a ditadura militar, os Anos de Chumbo. [...] Este livro é o testemunho dos Anos de Chumbo (Instituto Moreira Salles, 1997).

Em um outro depoimento, a autora aborda o seu romance e reafirma o seu testemunho: “Está lá, cravado nas minhas personagens, um instante da maior importância para a História do Brasil. É o registro, é o meu testemunho de uma época” (Telles, 1998, p. 32).

É principalmente através da vida e dos conflitos das três jovens do romance que a autora pinta um retrato da sociedade e da história da época. A personagem Lia, apelidada de Lião, é estudante de Ciências Sociais e faz parte de movimentos opositores ao governo militar; ela representa a parcela da população brasileira que tinha consciência da situação em que o país se encontrava e atuava ativamente na resistência contra a repressão imposta. Estudante de Psicologia,



Ana Clara, apelidada de Ana Turva, é uma personagem que passa grande parte do tempo em um modo de escapismo por meio da entorpecência causada pelas drogas; ela busca uma fuga dos traumas de abusos sofridos na infância e se volta mais para seus conflitos internos do que para os conflitos da sociedade em que vive. Por fim, Lorena é uma estudante de Direito que vem de uma família abastada e, apesar de ter uma ideia da situação política do seu país, se preocupa mais com as futilidades da vida. Lorena representa a população burguesa alienada do período, que se volta apenas para seus próprios interesses.

Entre as três personagens principais, a figura e os conflitos de Lia são centrais no desenvolvimento da temática resistente na obra, pois é uma personagem lúcida, que enxerga as atrocidades e injustiças totalitárias. Ela possui um relacionamento amoroso com Miguel, personagem que, assim como ela, faz parte de movimentos em oposição à ditadura. Ele é sequestrado e preso pelos militares e, em vários momentos da narrativa, Lia lamenta o ocorrido e expressa sua indignação com a indiferença e alienação da sociedade frente à situação do país: [...] Nunca o povo esteve tão longe de nós, não quer nem saber. E se souber ainda fica com raiva, o povo tem medo, ah! como o povo tem medo. A burguesia aí toda esplendorosa. Nunca os ricos foram tão ricos [...] (Telles, 2009, p. 13).

Em um diálogo entre Lia e Madre Alix, uma das freiras da pensão que possui uma postura progressista e ajuda a proteger Lia da perseguição dos militares, são mencionados os desaparecimentos de algumas pessoas envolvidas com movimentos de resistência. Esse diálogo revela o caráter de denúncia da obra:

[...] Eurico continua sumido, foi preso assim que desembarcou e até agora ninguém sabe dele. Desapareceu como personagem de ficção científica, quando o homem metálico emite o raio e o tipo se dissolve com revólver e tudo e fica no lugar uma manchinha de gordura. (Telles, 2009, p. 25)

Segundo dados da pesquisa de *Brasil: Nunca mais* (1985), entre 1964 e 1979 são contabilizados quase 400 casos de pessoas que desapareceram e/ou foram mortas por serem opositores ao governo militar. Analisando o excerto da obra e os dados, entende-se a grande dimensão da atuação dos órgãos militares de repressão, que contavam com ações especializadas do



Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), responsável pelos desaparecimentos, torturas e assassinatos daqueles que cometiam “crimes políticos” contra o Estado. Muitas vezes, esses crimes políticos envolviam o simples ato de contestar e criticar as ações do governo.

Em outra passagem, também extraída do diálogo entre Lia e Madre Alix, Lia expressa a mudança de seu pensamento de militante contrária ao regime totalitário: “Não, Madre Alix. Confesso que estou mudando, a violência não funciona, o que funciona é a união de todos nós para criar um diálogo” (Telles, 2009, p. 105). A personagem assume uma posição antiviolência e uma convicção de que apenas a união e o diálogo pacífico são a solução. Entende-se assim que a resistência não precisa fazer uso da violência, como faz o agressor, mas pode e deve ser pacífica.

O ponto do romance em que pode-se perceber o testemunho da repressão violenta do governo totalitário é a passagem em que a autora dá voz a uma das vítimas da ditadura. Lygia relata em uma entrevista em 1997 arquivada pelo Instituto Moreira Salles que, enquanto estava no processo de criação do seu livro, ela entrou em contato com um relato de uma tortura: “Um dia eu estava em casa e recebi um panfleto descrevendo uma tortura. O panfleto de um jovem que foi torturado e esse jovem, depois fiquei sabendo, nunca mais apareceu. Foi enterrado, desapareceu, morreu” (Instituto Moreira Salles, 1997). Ainda no mesmo diálogo citado anteriormente, a autora insere esse relato de tortura, fazendo com que seu romance se torne a primeira obra literária brasileira a trazer uma descrição de tortura da ditadura militar:

Mas já que a senhora falou em violência vou lhe mostrar uma — digo e procuro o depoimento que levei pra mostrar a Pedro e esqueci. — Quero que ouça o trecho do depoimento de um botânico perante a justiça, ele ousou distribuir panfletos numa fábrica. Foi preso e levado à caserna policial, ouça aqui o que ele diz, não vou ler tudo (Telles, 2009, p. 105).

Lia avisa que não lerá o relato completo, uma vez que as descrições são extremamente deploráveis, carregadas de cenas de castigos físicos brutais e violentos demais para serem lidas até o fim:

Ali interrogaram-me durante vinte e cinco horas enquanto gritavam, Traidor da pátria, traidor! Nada me foi dado para comer ou beber durante esse tempo. Carregaram-me em seguida para a chamada capela: a câmara de torturas. Iniciou-se ali um cerimonial frequentemente repetido e que durava de três a seis horas cada sessão. Primeiro me perguntaram se eu pertencia a algum grupo político. Neguei.



Enrolaram então alguns fios em redor dos meus dedos, iniciando-se a tortura elétrica: deram-me choques inicialmente fracos que foram se tornando cada vez mais fortes. Depois, obrigaram-me a tirar a roupa, fiquei nu e desprotegido. Primeiro me bateram com as mãos e em seguida com cassetetes, principalmente nas mãos. Molharam-me todo, para que os choques elétricos tivessem mais efeito (Telles, 2009, p. 105).

Evidencia-se a carga de desumanização e degradação do ser humano que caracterizava as sessões de interrogatórios, seguidos pelas sessões de tortura que ocorreram em maior escala durante os Anos de Chumbo. Segundo o texto do psicanalista Hélio Pellegrino trazido em *Brasil: Nunca mais*, o sofrimento causado pelos castigos físicos da tortura visam uma separação entre a mente e o corpo para forçar a vítima a desistir e “confessar”: “Na tortura, o corpo volta-se contra nós, exigindo que falemos. Da mais íntima espessura de nossa própria carne, se levanta uma voz que nos nega, na medida em que pretende arrancar de nós um discurso do qual temos horror, já que é a negação de nossa liberdade” (Brasil: nunca mais, 1985, p. 282)

Na parte final da leitura do relato, a vítima, em meio a essa brutalidade dos torturadores, tenta encontrar força e esperança para tentar resistir ao sofrimento dos castigos físicos. No entanto, os castigos aplicados durante as sessões de tortura não agem apenas na dimensão física da vítima, mas também na dimensão psíquica:

Pensei que fosse então morrer. Mas resistia e resisti também às surras que me abriram um talho fundo em meu cotovelo. Na ferida o sargento Simões e o cabo Passos enfiaram um fio. Obrigaram-me a então a aplicar os choques em mim mesmo e em meus amigos. [...] Após algumas horas, a cerimônia atingiu seu ápice. Penduraram-me no pau-de-arara: amarraram minhas mãos diante dos joelhos, atrás dos quais enfiaram uma vara, cujas pontas eram colocadas em mesas. Fiquei pairando no ar. Enfiaram-me então um fio no reto e fixaram outros fios na boca, nas orelhas e mãos. Nos dias seguintes o processo se repetiu com maior duração e violência. Os tapas que me davam eram tão fortes que julguei que tivessem me rompido os tímpanos: mal ouvia. Meus punhos estavam ralados devido às algemas, minhas mãos e partes genitais completamente enegrecidas devido às queimaduras elétricas. E etcétera, etcétera. (Telles, 2009, p. 105).

Observa-se no excerto acima que os torturadores aplicam um dos modos de tortura mais degradantes utilizados durante a ditadura, o “pau-de-arara”. Sabe-se hoje que mais de 200 modos e instrumentos de castigos físicos eram empregados nas sessões de tortura da ditadura: além do “pau-de-arara”, havia, por exemplo, o choque elétrico, os afogamentos e o estupro (Brasil: nunca



mais, 1985). Evidencia-se a partir do relato que as torturas políticas revelavam uma grave violação dos direitos humanos, uma vez que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) repudia qualquer forma de tortura e castigo cruel e degradante. O Brasil é um dos países que, ao assinar a Declaração, concordou em cumprir com suas determinações. Entretanto, como foi discutido anteriormente, a tortura esteve presente na “cultura” brasileira desde o período colonial. Dessa forma, como é possível constatar pelas passagens analisadas de *As meninas*, durante os 21 anos de ditadura militar, os direitos humanos foram ignorados pelo governo, com destaque para a censura e a tortura como instrumentos de repressão política do Estado, institucionalizados a partir do AI-5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir como Lygia Fagundes Telles transpôs para o mundo ficcional a realidade repressiva dos anos de chumbo. Após a análise das passagens do romance *As meninas*, evidenciou-se que Lygia Fagundes Telles desenvolveu em seu romance *As meninas* uma temática resistente por meio da sua escrita sofisticada. A autora transporta para a ficção a realidade de um dos períodos mais traumáticos da história do Brasil, o qual deixou uma cicatriz na sociedade brasileira, deixando viva a memória traumática da ditadura. No entanto, além de registrar suas percepções dos anos de chumbo, Lygia também registra o testemunho das vítimas da ditadura, dando voz àqueles que foram silenciados e subjugados pela repressão e a violência do governo totalitário. Ao mesmo tempo em que a autora constrói um romance de uma forma extremamente complexa ao trabalhar com diferentes técnicas literárias, ela dá espaço para uma escrita carregada de denúncias escancaradas do tempo e da sociedade que presenciou. Dessa forma, destaca-se a importância do registro e resgate das memórias, resistências e testemunhos da ditadura para que esse período não caia no esquecimento e se repita.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ARNS, Paulo Evaristo (org). **Brasil: Nunca mais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1985.



BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TELLES, Lygia Fagundes Telles. **Cadernos de literatura brasileira**: Lygia Fagundes Telles. São Paulo, v.5, 1998.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org). **Os Anos de Chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2004.

FELMAN, Shoshana. Education and crisis. In: CARUTH, Cathy (org.). **Trauma**: Explorations in Memory, 1991.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

GINZBURG, Jaime. "Linguagem e trauma na escrita do testemunho". In: Wilberth Clayton Salgueiro. (Org.). **O testemunho na literatura**. Representações de genocídios, ditaduras e outras violências. Vitória: Editora da UFES, 2011, p. 19-32.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **O escritor por ele mesmo**: Lygia Fagundes Telles. Acervo Lygia Fagundes Telles, 1997.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** São Paulo: Rocco, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 26 jul 2023.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade : 1964-1984. Londrina : Eduel, 2013.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. O perdão pode curar? In: HENRIQUES, Fernanda (Org.). **Paul Ricoeur e a Simbólica do Mal**. Porto: Edições Afrontamento, 2005. p. 35-40.

RODRIGUES, Vanessa Aparecida Ventura. **As marcas da memória na escrita de As meninas de Lygia Fagundes Telles**, 2014. 104 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **Letras, Revista do mestrado em Letras da UFSM**. Santa Maria, RS, UFSM; CAL, n. 16, jan./jul. 1998, p. 9-37.



SELIGMANN-SILVA, Márcio . A história como trauma. In:SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur. (Org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.

SCHWARZ, Roberto. “Cultura e Política, 1964-1969: alguns esquemas”. In: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TELLES, Lygia Fagundes. **As Meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.